

## **Finalmente entraremos para a história**

*Carlos Honorato, abril de 2016.*

Péricles foi um líder político que viveu em Atenas em torno de 450 a.C. e pode ser considerado o “pai” de fato da democracia ocidental, pois foi o primeiro a fazê-la funcionar na prática quando era membro da “ecclesia” (assembleia do povo). Aristóteles, um pouco mais tarde e fortemente influenciado pelo resultado da Guerra do Peloponeso e a condenação à morte de Sócrates, não considerava a democracia a melhor forma de governo, mas passou para a história como o homem que descreveu e categorizou as formas de governo que são utilizadas até hoje. Para ele, Aristóteles, essas formas são definidas a partir de dois critérios: a) quantitativo: quem governa; e b) qualitativo: como governa ou para quem governa. O critério quantitativo é: a) um manda; b) alguns mandam; c) a maioria manda. O critério qualitativo é: a) o virtuoso, quando coloca o público acima dos seus próprios interesses; b) o não virtuoso, quando coloca seus interesses acima do interesse público. Daí derivam as seis formas aristotélicas de governo. As virtuosas: monarquia, aristocracia e democracia. As não virtuosas: tirania, oligarquia e demagogia.

A história brasileira dificilmente passou por largos períodos virtuosos a não ser durante o reinado de D. Pedro II. Quando derrubamos a monarquia e inauguramos a república na verdade mergulhamos forte na oligarquia, que, ao longo da história, assumiu diferentes arquiteturas. Mais recentemente, no entanto, inauguramos uma nova forma de governo que não consegue se enquadrar na tipologia aristotélica e possui como característica o espólio do bem público. Se aproxima da tirania por ser não virtuosa e possui apenas alguns beneficiários (tiranos). Diferente da tirania, os governantes dessa nova forma de governo se travestem e se fantasiam de diferentes formas para passarem por democratas e iludem os seus eleitores. Na tirania se sabe quem é o tirano e isso é uma vantagem. Nessa nova forma, desenvolvida em terras brasileiras, não se sabe quem ou quais são os tiranos logo não podem ser considerados tiranos. São, então, pior do que os tiranos. São mais perigosas, pois estão camuflados.

Para se poder nominar essa nova forma de governo precisa-se saber, então, qual a forma de atuação. A atividade básica desses governantes é saquear o público de forma secreta e por vezes, inclusive, dentro da lei (lei essa, feita por eles mesmos!). O exemplo mais contundente são as famigeradas “doações legais para campanhas eleitorais”, que são legais, mas geram uma ligação promíscua entre o público e o privado, especialmente as empreiteiras de obras públicas. Como tecnicamente o que eles fazem é “roubo” as alternativas que se poderia ter seriam: a) cleptocracia; b) larapiocracia; e c) propinocracia. Levando em consideração que a palavra cleptocracia possui no seu radical um termo menos vulgar do que

os demais elencados e levando em consideração que esses cleptocratas normalmente são figuras públicas com uma boa imagem (usam ternos de grife!), o mais adequado, mesmo, é optar por “cleptocracia”.

Dito isso, todos nós podemos nos orgulhar, pois conseguimos ampliar o modelo teórico aristotélico da forma como procedeu Péricles, ou seja, antecipando a prática à teoria. O mundo, um dia, haverá de reconhecer a nossa grande contribuição teórica para a política, pois nós, antes de todos, conseguimos forjar o conceito de “cleptocracia” com a prática do “maior roubo efetuado em toda a história da humanidade” que conseguiu quebrar não só uma das maiores empresas do globo, a Petrobrás, como também conseguimos quebrar o próprio país. Coisa, aliás, que muitos outros tentaram no passado e não conseguiram. O esquema cleptocrático brasileiro é tão perfeito que envolve tanto os apoiadores do governo, chamados aqui de “situação”, como os contrários, chamados de “oposição”.

Acredito que este início do século XXI será não só o marco histórico da construção e exercício dessa nova forma de governo, chamado de cleptocracia, como também o marco histórico de entrada do Brasil para a galeria das grandes nações, pois ninguém até hoje conseguiu “botar a mão no dinheiro do povo” como nossos governantes.